



Política Social, Serviço Social e Diretrizes Curriculares: trajetória do GTP e tendências atuais

Social Policy, Social Service and Curricular Guidelines: GTP's trajectory and current trends

Francisco Henrique da Costa Rozendo*

 <https://orcid.org/0000-0002-4372-7838>

Alessandra Ximenes da Silva**

 <https://orcid.org/0000-0001-6362-2550>

Robson Roberto da Silva***

 <https://orcid.org/0000-0002-8944-6599>

Jucileide Ferreira do Nascimento****

 <https://orcid.org/0003-3890-6847>

*Assistente Social. Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, Brasil) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR, Niterói, Brasil) e Coordenador do GTP de Política Social e Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, Brasília, Brasil). E-mail: henrique_rozendo@id.uff.br

**Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Pernambuco, Brasil). Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UFPB, Campina Grande, Brasil) e membra da Coordenação do GTP de Política Social e Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, Brasília, Brasil). E-mail: alesximenes@servidor.uepb.edu.br

***Assistente Social. Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional (PPGSSDR, Niterói, Brasil) da Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, Brasil) e membro da Coordenação Ampliada do GTP de Política Social e Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, Brasília, Brasil). E-mail: rrsilva@id.uff.br

****Assistente Social. Doutora em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB, Brasília, Brasil). Docente de graduação em Serviço Social e do Mestrado em Política Social e Territórios (POSTERR, Cachoeira, Brasil) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB, Cachoeira, Brasil) e membra da Coordenação do GTP de Política Social e Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, Brasília, Brasil). E-mail: jucileide@ufrb.edu.br

DOI 10.22422/temporalis.2025v25n50p237-253

 © A(s) Autor(a)s/O(s) Autor(es). 2025 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

RESUMO

O presente artigo analisa a trajetória do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) de Política Social e Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), bem como a produção de conhecimento científico dessa área, à luz do ementário do GTP e das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. A análise baseia-se nos trabalhos aprovados nos Encontros Nacionais de Pesquisadoras/es em Serviço Social (ENPESS) realizados em 2022 e 2024. A metodologia adotada orientou-se pelo materialismo histórico-dialético, utilizando como principais instrumentos a pesquisa documental e bibliográfica. O artigo ressalta a importância do GTP e identifica as principais tendências da produção acadêmica, reafirmando sua relação orgânica com a ABEPSS, com as/os pesquisadoras/es da área e com os princípios que norteiam a formação e o trabalho profissional em Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE

Política Social; Serviço Social; Diretrizes Curriculares; Grupo Temático de Pesquisa; ABEPSS.

ABSTRACT

This article analyzes the trajectory of the Thematic Research Group (GTP) on Social Policy and Social Work of the Brazilian Association for Teaching and Research in Social Work (ABEPSS), as well as the production of scientific knowledge in this area of Social Work, in light of the GTP's syllabus and the 1996 ABEPSS Curricular Guidelines, based on the papers approved at the 2022 and 2024 National Meeting of Social Work Researchers (ENPESS). The methodology adopted was guided by historical-dialectical materialism and considered documentary and bibliographic research as its main instruments. Thus, the article highlights the importance of the GTP and the main trends in academic production, which reaffirms its organic relationship with ABEPSS, with researchers in the field, and with the guiding principles of training and professional work.

KEYWORDS

Social Policy; Social Work; Curricular Guidelines; Thematic Research Group; ABEPSS.

Introdução

Este artigo analisa a trajetória do Grupo Temático de Pesquisa (GTP) de Política Social e Serviço Social, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), bem como a produção de conhecimento científico dessa área, à luz do ementário do GTP e das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, a partir dos trabalhos aprovados nos Encontros Nacionais de Pesquisadoras/es em Serviço Social (ENPESS) realizados em 2022 e 2024. Dessa forma, o artigo busca apresentar as principais tendências da área de Política Social no Serviço Social.

Os GTPs da ABEPSS são considerados órgãos de apoio acadêmico-científico e técnico-administrativo, constituídos por pesquisadoras/es de temáticas específicas que compõem subáreas do Serviço Social. Possuem competências voltadas ao fortalecimento da pesquisa, pautada no rigor teórico-metodológico e no compromisso ético-político, de modo que o conhecimento científico produzido seja socialmente relevante e articulado às forças verdadeiramente democráticas da sociedade brasileira (ABEPSS, 2010).

Por meio dessas competências, os GTPs procuram enfrentar possíveis situações de isolamento — não apenas de pesquisadoras/es, mas também de suas produções científicas —, articular debates e pautar temas relevantes na área do Serviço Social, alimentar as discussões sobre formação e trabalho profissional, contribuir para a ampliação da produção científica, estimular a organização de redes de pesquisa, fomentar a articulação com pesquisas desenvolvidas pelas Unidades de Formação

Acadêmica (UFAs) e por instituições de pesquisa na América Latina e em outras regiões, além de constituir eixos estruturadores do ENPESS e realizar outras atividades nas áreas do Serviço Social (ABEPSS, 2010).

Os GTPs vêm desempenhando esse papel em sintonia com as Diretrizes Curriculares, que têm como um de seus princípios a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nessas Diretrizes, a política social — como uma das respostas do Estado às expressões da “questão social” — aparece como uma das matérias básicas, dada sua relevância para a formação profissional de assistentes sociais, que têm na política social um espaço fundamental de atuação e de temas para estudos e pesquisas (Mustafa *et al.*, 2021).

Diante disso, este artigo busca analisar a trajetória do GTP de Política Social e Serviço Social, considerando sua relação orgânica com a ABEPSS, bem como examinar os trabalhos aprovados para apresentação nos ENPESS de 2022 e 2024, com base na ementa do GTP e nas Diretrizes Curriculares. Para tanto, adotou-se o materialismo histórico-dialético, que orientou os procedimentos metodológicos, que incluíram a pesquisa documental, principalmente os relatórios produzidos pelas gestões do GTP de Política Social e Serviço Social¹ e a pesquisa bibliográfica, que considerou os artigos que foram submetidos à área temática do GTP e, sobretudo, os trabalhos aprovados no ENPESS de 2022 e 2024.

A análise dos documentos e das bibliografias sobre o GTP de Política Social e Serviço Social, em especial dos relatórios de suas gestões, considerou os elementos que permitissem apreender sua trajetória e as principais atividades desenvolvidas. Já a análise dos trabalhos dos ENPESS de 2022 e 2024 buscou identificar as principais tendências na produção de conhecimento na área do GTP. Foram analisados 204 trabalhos apresentados na área do GTP no ENPESS 2022 e 309 trabalhos no ENPESS 2024, à luz da ementa e das Diretrizes Curriculares, sem desprezar os eixos temáticos em que esses trabalhos dessa área foram submetidos². Dessa maneira, o artigo apresenta duas seções articuladas: a primeira trata da trajetória e das principais ações do GTP; a segunda, das tendências da produção de conhecimento científico na área.

¹ Os relatórios do GTP de Política Social e Serviço Social disponíveis no site da ABEPSS, referem-se aos biênios: 2013–2014; 2017–2018; 2019–2020; 2021–2022 e 2023–2024. Disponível em: <https://abepss.org.br/politica-social-e-servico-social-2/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

² No ENPESS 2022 foram apresentados 204 trabalhos na área do GTP, que foram submetidos e distribuídos nos seguintes eixos: 69 trabalhos no Eixo – Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo; 38 trabalhos no Eixo – Política de Educação; 23 trabalhos no Eixo – Políticas para Infância e Juventude; 45 trabalhos no Eixo – Seguridade social no Brasil; 19 trabalhos no Eixo – Fundo Público e Orçamento das Políticas Sociais; dois trabalhos no Eixo – Políticas de Trabalho e Geração de Renda; oito trabalhos no Eixo – Lutas Sociais e Controle Democrático. No ENPESS de 2024 foram apresentados 309 trabalhos na área do GTP, que foram submetidos e distribuídos nos seguintes eixos: 43 trabalhos no Eixo – Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo; 38 trabalhos no Eixo – Política Setorial (esse eixo não existia no ENPESS de 2022); 70 trabalhos no Eixo – Política de Educação; 35 trabalhos no Eixo – Políticas para Infância e Juventude; 91 trabalhos no Eixo – Seguridade social no Brasil; 12 trabalhos no Eixo – Fundo Público e Orçamento das Políticas Sociais; três trabalhos no Eixo – Políticas de Trabalho e Geração de Renda; 17 trabalhos no Eixo Lutas Sociais e Controle Democrático.

A trajetória e as principais ações do GTP de Política Social e Serviço Social

Desde sua primeira formação, em 2010, o GTP de Política Social e Serviço Social é constituído por pesquisadoras/es que estudam a temática da política social e do Serviço Social. Atualmente, ao lado dos outros sete GTPs³, colabora com diversas ações relacionadas ao apoio acadêmico-científico da ABEPSS e, conforme o artigo 34 do Estatuto em vigor, está vinculado à estrutura da entidade. Segundo Mauriel (2017):

A construção dos GTPs consolida uma antiga inquietação da nossa área, cuja possibilidade histórica só pode ser deslanchada nesse momento, como resultado do acúmulo das pesquisas e do amadurecimento da produção de conhecimento do Serviço Social nos últimos trinta anos (Mauriel, 2017, p. 264).

Mauriel (2017) também destaca que a criação dos GTPs atendeu a demandas identificadas nessa nova fase de amadurecimento da produção intelectual na área do Serviço Social, o que gerou, entre outras ações, a necessidade de ampliar a participação de pesquisadoras/es, fomentar iniciativas para estreitar as relações entre graduação e pós-graduação, e promover a socialização das informações produzidas no ensino, na pesquisa e na extensão — como estratégia para minimizar os efeitos do produtivismo e da lógica meritocrática que ameaçam a produção do conhecimento.

Quinze anos depois, é possível perceber, ao longo das gestões da ABEPSS, que os caminhos trilhados por pesquisadoras/es que assumiram a tarefa de contribuir com as ações do GTP de Política Social e Serviço Social revelam a centralidade dos compromissos firmados desde 2010.

O período histórico desses quinze anos mostra que a produção de conhecimento no Brasil ainda convive sob a égide do produtivismo — processo que, nos últimos anos, foi ainda mais agudizado. No entanto, esse contexto não impediu que o GTP de Política Social e Serviço Social, junto aos demais GTPs, assumisse a tarefa de propor estratégias para fortalecer e redimensionar a produção de pesquisa, ensino e extensão na área do Serviço Social.

As/os pesquisadoras/es do GTP, balizados pela ementa que orienta o planejamento das ações do grupo, ao longo dos anos priorizaram investigar as relações entre as classes sociais e o Estado, com foco no mundo do trabalho, na economia política e nas determinações que moldam e desconfiguram o modelo de proteção social — considerando os segmentos e indivíduos sociais que o compõem, bem como o estudo histórico, a formação social, econômica e político-cultural do Brasil, de outros países e do continente.

O Estatuto da ABEPSS, em seu artigo 34, estabelece que os GTPs são formados por pesquisadoras/es de temáticas específicas que constituem subáreas ou especialidades de conhecimento do Serviço Social. Dentre as competências do GTP, destacam-se: propor estratégias de articulação entre grupos e redes de pesquisa; organizar estratégias de

³ Atualmente existem oito GTPs e a lista completa está disponível no site da ABEPSS: <https://abepss.org.br/gtps/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

fortalecimento ou redimensionamento das linhas de pesquisa na área; realizar levantamentos das pesquisas desenvolvidas e dos eixos temáticos de cada grupo; coordenar ações acadêmico-científicas da entidade; e propor à diretoria a estrutura de organização temática para o ENPESS (ABEPSS, 2017).

Nesse horizonte, Mauriel (2017) analisou os movimentos iniciais e as atividades desenvolvidas pelas primeiras composições dos sete GTPs no biênio 2011–2012. Dentre as ações destacadas pela autora, aparece em todos eles o levantamento acerca do estado da arte da produção de conhecimento de cada área temática assumida por cada GTP — linha de atuação que também foi materializada pelo GTP de Política Social e Serviço Social.

Ao avançarmos na análise dos relatórios das gestões do GTP, observa-se que, no biênio 2013–2014, sua coordenação esteve sob a responsabilidade de quatro pesquisadoras de diferentes universidades. No relatório, há registro da tentativa de ampliar a comunicação com outras/os pesquisadoras/es da área, embora dificuldades tenham impedido a continuidade dessa ação.

Dentre as atividades desenvolvidas, destaca-se a realização de reuniões de trabalho para levantamento e sistematização das informações coletadas durante o Colóquio do GTP realizado no ENPESS (2014). As informações constantes no relatório revelam também os óbices enfrentados pela coordenação para materializar todas as tarefas definidas para o GTP. Diante das condições objetivas encontradas, o grupo definiu duas prioridades: o levantamento de dados sobre novos grupos e núcleos de pesquisa; e a atualização do “estado da arte” dos estudos sobre a temática da Política Social e Serviço Social. O grupo ainda propôs uma agenda de trabalho para o biênio 2015–2016, indicando como prioridades quatro ações principais: realização de plenária com líderes de pesquisa; levantamento de pesquisadoras/es de referência por região; análise dos anais dos ENPESS para identificação de tendências de pesquisa; e organização de uma edição da Revista Temporalis.

No documento do biênio 2017–2018, pela primeira vez aparece, além das quatro pesquisadoras que integraram a coordenação geral do GTP, a relação da composição da coordenação ampliada do grupo — o que, de antemão, é considerado um ganho significativo, já que nos documentos anteriores são recorrentes as dificuldades para operacionalizar as tarefas assumidas, diante do reduzido número de membros.

Em sua maioria, as/os pesquisadoras/es que integram os GTPs da ABEPSS acumulam diversas atividades⁴, em suas instituições de ensino, além da docência. O relatório destaca a realização de reuniões que culminaram na reformulação da ementa do GTP e na continuidade da tarefa de levantamento dos trabalhos apresentados no ENPESS (2018), revelando avanços e lacunas no debate sobre a área de Política Social.

No biênio 2019–2020, destaca-se a pesquisa realizada com teses e dissertações defendidas entre 2009 e 2019, com o objetivo de compreender sua relação com as

⁴ Para aprofundamento cf.: Sguissardi e Silva Jr. (2009).

políticas sociais e com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Além disso, foi feito um levantamento dos grupos e núcleos de pesquisa nas universidades públicas federais, com enfoque nos estudos da Política Social. O GTP contribuiu para o projeto “ABEPSS ao Vivo”, promovendo discussões sobre a conjuntura da pandemia e suas implicações nas políticas sociais. Organizou ainda um painel na Oficina Nacional da ABEPSS, discutindo o impacto do conservadorismo nas políticas sociais, bem como elaborou uma lista de referências bibliográficas para apoiar pesquisadoras/es e profissionais da área⁵. Além disso, foi priorizada a articulação com os demais GTPs para troca de informações e realização de atividades conjuntas.

As atividades do GTP no biênio 2021–2022 foram realizadas durante a pandemia da Covid-19. A realização periódica de reuniões virtuais com a coordenação geral e ampliada do GTP dinamizou a comunicação interna e facilitou o diálogo com as/os pesquisadoras/es. Apesar de suas contradições, o uso das novas tecnologias de informação e comunicação foi aliado ao êxito das atividades planejadas, como: reuniões, lives⁶, levantamento de grupos e núcleos de pesquisa vinculados ao GTP de Política Social, elaboração de nota técnica⁷ em conjunto com outros GTPs sobre “família e políticas públicas”, e publicação de artigo na Revista Temporalis, n. 42, intitulado “Política Social e as Diretrizes Curriculares: contribuições do GTP Serviço Social e Política Social”.

No biênio 2023–2024, o GTP participou de reuniões de planejamento e definiu como prioridade a ampliação do debate étnico-racial. Com isso, foi realizada uma live⁸ com foco nas políticas sociais e nas relações étnico-raciais. O GTP participou ainda do “Seminário Internacional sobre os Desafios Contemporâneos para Formação, Pós-Graduação e Internacionalização em Serviço Social: Amazônia e os Desafios Contemporâneos”. A principal atividade desenvolvida no biênio foi a revisão da ementa do GTP, para que contemplasse o debate étnico-racial, em consonância com a orientação da Direção Nacional da ABEPSS, visando ao fortalecimento da pauta antirracista com maior presença na formação em Serviço Social. O resultado desse processo foi apresentado no Colóquio do GTP, no ENPESS de 2024, e após discussão, chegou-se à seguinte redação:

O GTP de Política Social e Serviço Social deve estar atento às contradições e dilemas das relações de classes sociais, considerando as dimensões de gênero e étnico-racial, e destas com o Estado, com especial atenção ao universo do trabalho e da economia política, observando as múltiplas determinações que configuram os padrões de proteção social com base nas lutas classistas, sociais, feministas, anticapacitista, geracional, LGBTIAPN+ e antirracistas. A apreensão intelectual desses dilemas exige elucidar suas raízes na história da formação social, econômica e político-cultural dos países e/ou das regiões, como a América Latina, para identificar os desafios do presente e tendências de seus desdobramentos futuros, dando suporte à efetivação de estudos comparados; e

⁵ A lista consta no anexo II do Relatório do Biênio 2019-2020. Disponível em: <https://abepss.org.br/politica-social-e-servico-social-2/>. Acesso em: 26 ago. 2025.

⁶ Live: O debate das políticas sociais e as diretrizes curriculares: reflexões do GTP Política Social. Disponível em: https://www.youtube.com/live/o_NaADs2zi8?si=QhMfpKioBowWWzcJ. Acesso em: 26 ago. 2025.

⁷ Nota técnica: Família e Políticas Públicas: o acúmulo da pesquisa no Serviço Social. Disponível em: [https://abepss.org.br/wwwabepssorgbrnotatecnicafamiliaepoliticasppublicas-438/](https://abepss.org.br/wwwabepssorgbrnotatecnicafamiliaepoliticaspublicas-438/). Acesso em: 26 ago. 2025

⁸ Live: Políticas Sociais e as relações étnico-raciais: o debate no Serviço Social brasileiro. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/8gTaDLesypM?si=-9G5tYo3lnXeKul2>. Acesso em: 26 ago. 2025.

aos estudos sobre a questão social, a formação e o trabalho da/o Assistente Social no âmbito das políticas sociais (Relatório Biênio 2023–2024, p. 53).

À luz dos documentos analisados, identificou-se que a atuação do GTP de Política Social e Serviço Social promoveu reflexões críticas sobre políticas sociais, formação profissional e questão social e suas expressões — sempre com rigor teórico, metodológico e compromisso ético-político, mesmo diante das dificuldades encontradas ao longo de sua trajetória.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que a trajetória e atuação do GTP de Política Social e Serviço Social, e os registros encontrados acerca de todos os biênios desde sua origem em 2010, demonstram o compromisso assumido por todas/os suas/seus integrantes em realizar a função precípua de estimular a produção científica na área do Serviço Social. Para isso, promoveu debates relevantes, articulou redes de pesquisa e contribuiu para a formação e o exercício profissional, com o objetivo de interromper o isolamento das/os pesquisadoras/es, coletivizar debates, fomentar articulações com instituições de pesquisa nacionais e internacionais, bem como estruturar eixos temáticos para eventos como o ENPESS.

As tendências da produção do conhecimento na área do GTP de Política Social e Serviço Social

As análises dos trabalhos aprovados no ENPESS 2022 e 2024 permitiram identificar as principais tendências da produção de conhecimento na área do GTP de Política Social e Serviço Social. A partir da ementa revisada do GTP, os trabalhos foram analisados com base nos seguintes eixos: *os dilemas relativos às relações de classes sociais, considerando as dimensões de gênero e étnico-racial; o Estado, com especial atenção ao universo do trabalho e da economia política; a análise das múltiplas determinações que configuram os padrões de proteção social, com base nas lutas classistas, sociais, feministas, anticapacitistas, geracionais, LGBTQIAPN+ e antirracistas; a história da formação social, econômica e político-cultural dos países e/ou regiões; e a questão social, formação e trabalho profissional no âmbito das políticas sociais*. Esses eixos foram articulados à lógica dos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Nessas Diretrizes, observa-se que a efetivação de um projeto de formação em Serviço Social está articulada a um conjunto de conhecimentos indissociáveis e indispensáveis, expressos nos núcleos de fundamentação constitutivos da formação profissional: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

Nestes três núcleos, é evidente a importância de considerar o debate sobre classes sociais e suas intersecções com gênero e raça/etnia. No núcleo de fundamentação da vida social, esse debate é essencial para apreender a configuração da sociedade burguesa, considerando as relações de exploração, dominação, alienação e resistência. Por sua vez, núcleo da formação social brasileira, o debate é indispensável para compreender os padrões de desenvolvimento capitalista no país e seus impactos nas desigualdades

sociais, nas formas de organização e luta dos subalternos, e na constituição do Estado brasileiro — seu caráter, papel e vínculo com as classes sociais em confronto. Já no núcleo do trabalho profissional, o debate aparece nas relações entre competências profissionais e os projetos societários em disputa, que possuem vínculos de classe.

Esses núcleos orientam, de forma articulada, as matérias previstas nas Diretrizes Curriculares, como áreas de conhecimento indispensáveis à formação de assistentes sociais, desdobradas em componentes curriculares diversos (disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades curriculares etc.). A política social é uma dessas matérias, e nela também se articulam, com densidades distintas, os três núcleos de fundamentação. A ementa do GTP de Política Social e Serviço Social se orienta por essa mesma articulação, apontando a importância de apreender os dilemas relativos às relações de classes sociais, considerando as dimensões de gênero e étnico-racial.

Nos trabalhos apresentados no ENPESS 2022 e 2024, os dilemas relativos às relações de classes sociais — e suas intersecções — aparecem, em alguma medida, em todos os eixos temáticos. Ainda que nem sempre aprofundados do ponto de vista histórico e teórico-metodológico, esses dilemas são recorrentes nas análises que buscam apreender as políticas sociais, especialmente nos seguintes aspectos: as particularidades do capitalismo na formação social brasileira, com destaque para as contradições entre a classe trabalhadora e a classe dominante local; os impasses da política social no contexto da crise do capitalismo e seus impactos sobre as classes sociais, sobretudo a classe trabalhadora; o avanço de governos neoliberais de extrema direita, como o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, que adotou práticas e medidas neoconservadoras e neofascistas, expressando preconceitos de classe, raça e gênero; a pandemia da Covid-19, que agravou a crise estrutural do capital e impactou principalmente os setores mais pauperizados da classe trabalhadora, especialmente mulheres e homens negros/as; e as análises sobre programas e políticas sociais, sobretudo no campo da segurança social, que consideram o agravamento da questão social, o perfil das/os usuárias/os e o trabalho de assistentes sociais.

Neste eixo — que trata da análise de programas e políticas sociais — concentra-se o maior número de trabalhos, nos quais os dilemas relativos às relações de classes sociais, gênero e raça/etnia aparecem com mais frequência. São trabalhos que destacam: a ampliação das desigualdades como expressão da questão social, sem desprezar as disparidades de classe, raça, gênero, etnia e geração; as formas de violência, especialmente de gênero, como problema social apreendido a partir dessas inter-relações; e o perfil das/os usuárias/os de programas e políticas sociais, sobretudo nas áreas da saúde, assistência social e educação, também analisado a partir dessas dimensões. Exemplos incluem estudos sobre: população em situação de rua; usuárias/os com HIV e/ou Covid-19; crianças, adolescentes e jovens demandantes da política de saúde mental, da assistência estudantil e dos sistemas de garantia de direitos.

Na ementa do GTP, como referido anteriormente, também se prioriza a análise das discussões sobre o Estado, com especial atenção ao universo do trabalho e da economia política, que expressam os conteúdos de fundamentação dos núcleos das Diretrizes

Curriculares. Nesse sentido, nos trabalhos apresentados no ENPESS 2022 e 2024, dentre as tendências identificadas, destaca-se a abordagem sobre a natureza do Estado capitalista e suas implicações para o trabalho e para as políticas sociais. As análises enfatizam as contradições que perpassam o Estado, embora muitas vezes sejam interpretadas com foco no governo executivo e suas diferentes esferas, sem uma análise ampliada da natureza do Estado capitalista e de como este cria as condições objetivas para a reprodução ampliada do capital. Além disso, observa-se uma abordagem incipiente das funções do Estado relacionadas à repressão e à reprodução de ideologias.

Os trabalhos expressam em sua maioria a discussão do neoliberalismo como ideologia e ofensiva, mas sem estabelecer mediações explícitas com a reestruturação produtiva e com o Estado enquanto produto da divisão social do trabalho. Esse enfoque aparece nas análises de programas sociais ou da execução de políticas sociais. Os trabalhos também evidenciam discussões sobre a crise capitalista, contrarreformas e ajustes fiscais nas políticas sociais, com ênfase na segurança social, além das implicações do gerencialismo — que tem promovido processos baseados em metas e impulsionado privatizações não clássicas. Observa-se a ampliação das parcerias público-privadas em diferentes modalidades e áreas, como na política de saúde. Assim, embora o neoliberalismo seja tema recorrente, falta mediação com a base material do projeto neoliberal e com a natureza e os limites do Estado capitalista.

Nos trabalhos, do ENPESS 2022 e 2024, alguns direcionaram suas análises à atuação do Estado brasileiro frente ao trabalho da população em situação de rua, a política de assistência social e de saúde mental devido à pandemia da COVID-19 e as suas implicações. Predominam análises sobre a atuação do executivo e suas diferentes esferas de governo, no sentido de prestar assistência e viabilizar direitos em um contexto adverso. Embora relevantes, chama atenção a ausência de análises que estabeleçam mediações com a função do Estado capitalista, com o trabalho e com a economia política.

Outra tendência se refere à forma como tem sido empregada a categoria “trabalho”, que direciona as análises para o trabalho de assistentes sociais, apresentando a necessidade de maior aprofundamento teórico-metodológico dessa categoria na sociedade capitalista e as suas implicações para a classe trabalhadora, para além do Serviço Social. Essa discussão é fundamental para compreender fenômenos como a redução da demanda por trabalhadoras/es na produção de bens materiais, o desemprego crescente e as novas formas de acumulação, flexibilização dos mercados, das relações de trabalho e dos direitos — expressões da transformação estrutural do trabalho que impactam significativamente a classe trabalhadora, marcada pela perda ou extinção de direitos sociais.

Nos trabalhos aprovados no ENPESS 2022 e 2024, chama atenção o reduzido número de análises sobre austeridade fiscal, fundo público, financiamento das políticas sociais e sua relação com o Estado, especialmente considerando a realidade brasileira como país de economia dependente. A ausência da economia política como eixo analítico compromete a compreensão das leis sociais que estruturam a sociedade capitalista. A economia política é fundamental para compreender o capitalismo contemporâneo e para os

profissionais que enfrentam as expressões da questão social. Para tanto, é essencial compreender a constituição e o desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Embora algumas análises sobre Estado, trabalho e economia política estejam baseadas na teoria social crítica, observa-se que não há uma compreensão predominante da natureza do Estado capitalista em um país de economia dependente como o Brasil — o que implica na conformação do fundo público e nos limites do financiamento das políticas sociais. A função do Estado só pode ser compreendida no contexto da luta de classes, e suas decisões expressam a correlação de forças entre essas classes na imposição de interesses e demandas.

Na ementa do GTP de Política Social e Serviço Social, o debate sobre trabalho e economia política — que tem como horizonte a análise das múltiplas determinações que configuram os padrões de proteção social com base nas *lutas classistas, sociais, feministas, anticapacitistas, geracionais, LGBTQIAPN+ e antirracistas* — pode ser apreendido a partir dos núcleos de fundamentação das Diretrizes Curriculares.

No núcleo dos fundamentos teórico-metodológicos da vida social, constitui-se como eixo explicativo o conhecimento do ser social, evidenciando o trabalho como elemento central da reprodução da vida social. A compreensão da sociedade burguesa deve considerar as especificidades da propriedade privada, da divisão social do trabalho, da divisão de classes e do saber — em suas relações de exploração, dominação, alienação e resistência.

Tais aprofundamentos são visíveis nos trabalhos analisados do ENPESS 2022 e 2024, que, ao discorrerem sobre o ser social, apresentam como tendência a ampliação das desigualdades de classe, etnia, geração e gênero, radicalizando as múltiplas expressões da questão social. Em quase todos os subeixos analisados sobre política social, as questões relativas ao trabalho como fundante da reprodução social aparecem mediadas pelo debate étnico-racial — seja pelo não acesso aos direitos de proteção social por negras/os, pardas/os, indígenas e mulheres; pela relação entre violência de gênero e feminização do cuidado; ou pelas disparidades na inserção de mulheres pretas e pardas no mercado de trabalho.

Ainda como tendência é possível considerar trabalhos que enfatizam sobre as políticas sociais, em especial a de assistência social, que tem possibilitado o seu acesso a serviços e benefícios às pessoas migrantes. Na política de saúde a efetivação desta aos povos indígenas, também se mostra relevante para a análise do conhecimento do processo de reprodução da vida social. No que se refere à concepção de proteção social, há uma forte influência do pensamento religioso, principalmente quando se verte a discussão sobre a política de assistência social, na qual as organizações religiosas possuem uma predominante zona de prestação de serviços. Na saúde esse debate também encontra escopo quando se atrela a discussão sobre a política de saúde mental.

Ao núcleo da formação socio-histórica da sociedade brasileira, reforça-se a discussão sobre os padrões de produção capitalista, seus modelos de organização do processo de trabalho, bem como as mudanças ocasionadas pela acumulação capitalista, que refletem

em uma nova configuração do “mundo do trabalho” (ABEPSS, 1996). Essa discussão está aliada à análise da trajetória e das configurações do Estado brasileiro em diferentes conjunturas.

Neste horizonte, os trabalhos analisados dos dois últimos ENPESS abordam, de modo geral, o debate sobre proteção social e políticas sociais, buscando compreender suas principais tendências e sua relação com o Estado social capitalista. Ao contextualizar historicamente o período da pandemia da Covid-19 e seus desdobramentos, os estudos revelam o grau de incidência da crise na efetivação das políticas sociais: seja na saúde, em que as ações negacionistas do governo Jair Bolsonaro transformaram as medidas de enfrentamento da pandemia em um terreno de desproteção social; seja na assistência social, com análises predominantes sobre os programas de transferência de renda, como o Auxílio Brasil.

Ao vincular o debate sobre a crise do sistema capitalista e suas tendências contemporâneas, os trabalhos também apontam análises sobre os sistemas de proteção social na América Latina, relacionando-os ao contexto de austeridade permanente. No caso brasileiro, os estudos enfocam o contexto neoliberal e sua incidência nas políticas sociais, na efetivação do fundo público e na consolidação da financeirização da economia.

Ao relacionar a discussão com a ementa do GTP de Política Social e Serviço Social, no que diz respeito à análise das múltiplas determinações que configuram os padrões de proteção social, percebe-se que os trabalhos que têm por eixo a seguridade social, por exemplo, ainda carecem de um aprofundamento na análise teórico-crítica que articule as políticas de previdência social, saúde e assistência social. O que se notou nos trabalhos do ENPESS foi uma maior centralidade na utilização das leis e normativas que operacionalizam tais políticas, em detrimento de análises calcadas em referenciais teóricos que dialogam com tais políticas.

Na política de saúde, o debate perpassa desde a análise sobre as redes de atenção, às abordagens a determinados segmentos da população (exemplo: mulheres e povos indígenas), bem como à dimensão social da saúde a partir da relação entre classe, gênero e raça. Na política de assistência social, há uma prevalência de estudos sobre os serviços de proteção social básica e os programas de transferência monetária. E, ainda, merece destaque o debate sobre o familialismo, no qual se desenvolve a análise sobre a centralidade assumida pela família no sistema de proteção social brasileiro e o seu papel como portadora de direitos e agente de proteção.

Na previdência social, a partir das contrarreformas do Estado, apresenta-se uma discussão sobre o desmantelamento dessa política e os seus impactos deletérios na vida dos trabalhadores brasileiros, com conexões cada vez mais orgânicas à financeirização do capital, via previdência privada. É mister notar que, dentre as políticas de seguridade social, a previdência social é a que possui um número reduzido de trabalhos no ENPESS.

Os trabalhos que enfatizam o debate sobre a política de educação revelam as alterações na política educacional, como, por exemplo, a reserva de vagas para pessoas com

deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das Instituições Federais de Ensino, bem como se pode constatar o papel decisivo posto pela Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) à garantia da reserva de vagas via cotas raciais. Nesse sentido, o debate sobre as cotas e ações afirmativas aparece nos trabalhos com destaque para o perfil socioeconômico das/os discentes, sobre as suas condições de vida, vivências acadêmicas e sobre o acesso às políticas de assistência estudantil, que, ao se vincularem a processos de lutas sociais, reforçam os ganhos postos à classe trabalhadora no acesso ao ensino superior.

Ao relacionar o debate sobre os padrões de proteção social e sua relação com as lutas sociais, o debate sobre o fundo público se apresenta a partir de estudos sobre as fontes de financiamento das políticas sociais, sem aprofundamento da sua natureza contábil, bem como pouco articulam a sua identificação no orçamento público ou nas legislações e planejamento das políticas sociais.

Ao enfatizar o debate sobre processos de lutas que resultam em ações para a infância e juventude, as análises se desdobram para o sistema de garantia de direitos, ao enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes no Brasil e às redes e serviços de proteção destinados a essa parcela da população. Ressalta-se que os trabalhos, ao apontarem sobre a trajetória histórica da política de proteção e atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, levam em consideração as inúmeras denúncias registradas no Brasil. Por fim, a abordagem sobre o Sistema de Garantia de Direitos das crianças e adolescentes aponta para a ampliação dos direitos, considerando as dimensões de classe, gênero, raça, orientação sexual e, nesse sentido, atuam em um contexto alarmante de desigualdades e iniquidades que se manifestam nas discriminações, explorações e violências.

Ao enfatizarmos a discussão, em consonância com as Diretrizes Curriculares, sobre o núcleo dos fundamentos do trabalho profissional, na compreensão do Serviço Social como uma especialização do trabalho, em que as dimensões constitutivas do fazer profissional se articulam em seus elementos fundamentais do processo de trabalho, considerando também as competências teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política do fazer profissional, é possível identificar nos trabalhos analisados dos dois últimos ENPESS análises mais recentes sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) nas políticas de assistência social e previdência social, que apresentam desafios na superação de uma ação profissional em que a dimensão técnico-operacional, conforme as Diretrizes Curriculares, seja um componente de trabalho consciente e sistemático, sem cair numa visão tecnicista do seu fazer profissional.

Dando sequência ao debate, as Diretrizes Curriculares apontam que a formação sócio-histórica da sociedade brasileira deve ser apreendida, considerando a sua inserção internacional como uma das mediações fundamentais para compreender os processos sociais geradores das múltiplas expressões da questão social. Destacam ainda a importância de compreender a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e a constituição das classes sociais, do Estado e das particularidades regionais, como também

as mudanças contemporâneas no padrão de acumulação e suas expressões na economia brasileira e internacional, e a análise comparada de políticas sociais.

A ementa do GTP também aponta que a história da formação social, econômica e político-cultural dos países e/ou das regiões, como a América Latina, deve ser considerada nos estudos e pesquisas das políticas sociais e do Serviço Social. Contudo, nos trabalhos aprovados no ENPESS 2022 e 2024, pouco se nota um aprofundamento do debate da formação social brasileira, e alguns trabalhos destacam o capitalismo dependente na América Latina e os diferentes governos neoliberais da região. A principal tendência nos trabalhos diz respeito ao estudo comparado dos sistemas de proteção social dos países centrais e periféricos, principalmente latino-americanos, em diferentes contextos sociais, sobretudo neoliberais, com as medidas de austeridade.

As Diretrizes Curriculares apontam que os núcleos de fundamentação da formação profissional não devem ser classificados de forma hierárquica, subsequente e autônoma, pois são níveis diferenciados de apreensão da realidade social e do Serviço Social, que remetem a um conjunto de conhecimentos fundamentais para compreender a gênese, as expressões e o enfrentamento da questão social, como eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos indispensáveis à formação de assistentes sociais.

Essas Diretrizes consideram como pressupostos norteadores da concepção de formação profissional: as particularidades do Serviço Social no campo da (re)produção das relações sociais, como uma profissão intervintiva na questão social, que se expressa por meio das contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista; a relação do Serviço Social com a questão social, que é mediada através de um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos dos processos de trabalho em que se insere a/o assistente social; o agravamento da questão social em decorrência da reestruturação produtiva e da contrarreforma do Estado — que produz desdobramentos ao movimento de organização da classe trabalhadora, além de assumir particularidades no contexto neoliberal no Brasil — determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social, com amplas repercussões no mercado de trabalho, e os processos de trabalho em que se inserem as/os assistentes sociais são determinados pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação das/dos trabalhadoras/es, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais. Portanto, a questão social, suas determinações, configurações e expressões são fundamentais para apreender o surgimento e o desenvolvimento das políticas sociais e dos sistemas de proteção social, como um dos principais espaços de atuação de profissionais de Serviço Social.

Esses pressupostos norteadores da concepção de formação profissional também se expressam na ementa do GTP, que defende, na mesma direção das Diretrizes Curriculares, uma formação generalista e crítica na graduação. No entanto, nos trabalhos aprovados no ENPESS 2022 e 2024, nota-se que o debate da questão social, da formação e do trabalho profissional no âmbito das políticas sociais é pouco aprofundado, tendo em vista que os trabalhos concentram suas análises na gestão, execução e avaliação das políticas e programas sociais, principalmente no âmbito da seguridade social.

Particularmente, em relação à questão social, os trabalhos destacam mais as suas expressões, sem aprofundar as particularidades do capitalismo na formação social brasileira, sobretudo suas determinações no contexto atual, marcado pela crise do capital e pelas respostas neoconservadoras de governos (ultra)neoliberais. Além disso, alguns trabalhos analisam determinados problemas sociais, como a fome e a insegurança alimentar e nutricional, mas sem estabelecer relações com a questão social.

No que se refere à formação e ao trabalho de assistentes sociais nas políticas sociais em resposta às expressões da questão social, uma grande parte dos trabalhos aprovados no ENPESS 2022 e 2024 não analisa as particularidades do trabalho profissional nas diferentes políticas e programas sociais. Por essa razão, considera-se aqui que as transformações societárias, ao incidirem também na forma como são planejadas e administradas as políticas e programas sociais, impactam a formação e o trabalho de assistentes sociais, sendo importantes os estudos e as pesquisas que busquem apreender esses processos sociais em curso.

No entanto, atentos a esses processos, alguns trabalhos analisam a formação profissional, considerando a precarização, a privatização e o ensino a distância promovidos pela contrarreforma do ensino superior e a mercantilização da educação. Particularmente, determinados trabalhos analisam a educação permanente de assistentes sociais, por meio dos programas de residência multiprofissional em saúde e de cursos na área da assistência social.

Ainda no âmbito da educação, outros trabalhos examinam a atuação de assistentes sociais na política de assistência estudantil e na educação básica, com a aprovação da Lei nº 13.935/2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica. Nas políticas de saúde e assistência social, determinados trabalhos também consideraram os efeitos das contrarreformas gerenciais do Estado, como o desfinanciamento, os modelos privatizantes de gestão, o uso das TICs, a mercantilização e a refilantropização das respostas à questão social, que repercutem no trabalho de assistentes sociais, sobretudo por precarizarem as condições e relações de trabalho. Ainda nessas políticas sociais, alguns trabalhos analisam o trabalho social com famílias, considerando também a precarização, o conservadorismo nas abordagens e a responsabilização social das famílias e das mulheres.

Outros trabalhos analisam a atuação de assistentes sociais em sistemas de garantia de direitos, em políticas e/ou programas sociais destinados a grupos e/ou a segmentos da população, como: crianças e adolescentes; mulheres vítimas de violência; pessoas com deficiência; população em situação de rua; população ribeirinha; usuários com a Covid-19 e com o HIV etc. Dentro desse universo de trabalhos, alguns analisam a experiência de estágio e a supervisão de campo, como uma atribuição privativa de assistentes sociais, em programas e projetos de determinadas instituições.

Porém, nota-se nos trabalhos aprovados no ENPESS 2022 e 2024 uma ausência do debate sobre o trabalho profissional na política urbana e habitacional, nos serviços/programas de atenção domiciliar no Sistema Único de Saúde (SUS), em organizações do chamado

“terceiro setor”; no âmbito dos conselhos de políticas e direitos sociais e junto aos movimentos sociais.

Ressalta-se, assim, que o conjunto das análises das tendências sinalizadas a partir dos trabalhos do ENPESS de 2022 e de 2024, ao consolidarem a produção na área da política social e Serviço Social, demarcam uma sólida relação desses estudos com as Diretrizes Curriculares e seus núcleos de fundamentação, bem como alinharam-se aos conteúdos e debates sugeridos pela ementa do GTP.

Considerações finais

O GTP de Política Social e Serviço Social, nesses últimos quinze anos, em consonância com o que está previsto no Estatuto da ABEPSS, vem se consolidando como um importante espaço de aprofundamento desta área temática e, por conseguinte, tem contribuído para o assessoramento da entidade e robustecido a produção de conhecimento no Serviço Social. Destaca-se que a trajetória do GTP nos aponta como horizonte a necessidade de manter organicamente a articulação com as/os pesquisadoras/es, grupos e redes de pesquisa, ao considerar esta atividade essencial para a oxigenação das ações e reafirmação dos princípios que norteiam a nossa formação e exercício profissional.

Como forma de organização deste grupo temático, ressalta-se o quanto importante foi a estratégia de fortalecimento do GTP com a possibilidade de termos uma coordenação ampliada na sua composição, haja vista as inúmeras tarefas assumidas e a serem desenvolvidas pelas/os pesquisadoras/es, que se disponibilizam a este compromisso político-acadêmico. Tal arranjo permite uma maior capilaridade do GTP nas regionais da ABEPSS, bem como soma esforços na realização de levantamentos de pesquisas desenvolvidas atinentes a este eixo temático e demais atividades e ações acadêmico-científicas.

A partir da análise dos trabalhos aprovados no ENPESS de 2022 e de 2024, notou-se que a aproximação do Serviço Social com a perspectiva marxiana e marxista vem propiciando um avanço e uma predominância da análise histórico-crítica na área do GTP de Política Social e Serviço Social. Contudo, ainda que não tenha sido aprofundado nesta análise dos trabalhos, notou-se a incidência de outras perspectivas teórico-metodológicas em destaque nas ciências sociais.

Particularmente, identificou-se que grande parte dos trabalhos analisados está relacionada à implementação das políticas sociais, sobretudo as de segurança social. Apesar de se notar, de um modo geral nesses trabalhos, um crescimento das reflexões sobre as relações étnico-raciais e de gênero, o debate da formação social brasileira ainda é muito incipiente/inicial. O mesmo ocorre em relação ao debate da questão social, que se concentra menos nas determinações e muito mais nas suas expressões. A respeito das particularidades da atuação profissional nas diferentes políticas sociais, também se constatou que grande parte dos trabalhos não elegeu esse tema como uma de suas preocupações.

Logo, como as políticas sociais são um dos principais campos de inserção e atuação de assistentes sociais, é fundamental aprofundar e ampliar os estudos sobre o tema, de modo a defender a perspectiva generalista e crítica preconizada pelas Diretrizes Curriculares, pois as transformações societárias, que incidem e se expressam também por meio das políticas sociais, acabam reverberando na formação e no trabalho de assistentes sociais.

Referências

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.
Relatório do GTP de Política Social e Serviço Social (2023–2024). Brasília: ABEPPS, 2024.
Meio digital.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.
Relatório do GTP de Política Social e Serviço Social (2021–2022). Brasília: ABEPPS, 2022.
Disponível em: <https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2025/08/VERSAO-FINAL-Relatorio-final-do-GTP-de-Politica-social-e-SS-com-errata-ao-final-4.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2025.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.
Relatório do GTP de Política Social e Serviço Social (2019–2020). Brasília: ABEPPS, 2020.
Disponível em: <https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2025/08/22.7-RELATORIOFinal-2019-2020-FORMATADO-ROBSON-3.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2025.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.
Relatório do GTP de Política Social e Serviço Social (2017–2018). Brasília: ABEPPS, 2018.
Disponível em: https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2025/03/RELATORIO-DE-ATIVIDADES-DO-GRUPO-TEMATICO-DE-PESQUISA-POLITICA-SOCIAL-E-SERVICO-SOCIAL_Gestao-2017-2018.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.
Relatório do GTP de Política Social e Serviço Social (2013–2014). Brasília: ABEPPS, 2014.
Disponível em: https://media.webfans.com.br/abepss/uploads/2024/11/relatorio-gtp-politica-social-2013-2014-versao-final_pdf-201708031851290871640.pdf. Acesso em: 24 ago. 2025.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **A ABEPPS e o Fortalecimento da Pesquisa na Área de Serviço Social:** a estratégia dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs). Gestão 2009-2010. Rio de Janeiro, 2009. Mimeo.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.
Estatuto da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Vitória/ES: ABEPPS, 2017. Disponível em: <https://abepss.org.br/estatuto/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.
Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. Rio de Janeiro: ABEPPS, 1996.

MAURIEL, A. P. Os Grupos Temáticos de Pesquisa da ABEPSS na relação entre pós-graduação e graduação. **Revista Katálysis**, v. 20, n. 2, p. 262–271, maio/ago. 2017.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/xFsRJwNKCcZWRz9FvY7q77R/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2025.

MUSTAFA, P. S.; SILVA, R. R. da; SILVA, A. X.; NASCIMENTO, J. F. do; ALMEIDA, D. M. F. de; BRAGA, C. S. da C.; SALVADOR, E. Política social e as Diretrizes Curriculares: Contribuições do GTP Serviço Social e Política Social. **Temporalis**, v. 21, n. 42, p. 230–245, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/10090118.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

SGUSSARDI, Valdemar; SILVA JR, João dos Reis. **O trabalho (intensificado) nas Federais: Pós-graduação e Produtivismo Acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009.

Submetido em: 30/8/2025

Aceito em: 30/8/2025